

## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO EDUCACIONAIS: PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR**

Francisco Marcos Rodrigues de Souza (1);  
Francisco Helion Pereira Oliveira (1);  
Lucilene Siqueira Fernandes (2);  
Marleide Ferreira Lima Santos (3)  
Sumara Frota do Nascimento (4);

*Faculdade Cearense, e-mail: fmarcosrdesouza@gmail.com*  
*Universidade Federal do Ceará, e-mail: helionoliveira39@gmail.com*  
*Faculdade Cearense, e-mail: lusiqueira2015@gmail.com*  
*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, e-mail: marleidefb2010@gmail.com*  
*Universidade Federal do Ceará, e-mail: sumaraassistentesocial@gmail.com*

### **Resumo:**

Esse trabalho tem por objetivo verificar as transformações sociais vivenciadas por pessoas com deficiência visual na educação superior. As pessoas com deficiência têm ganhado espaços em diversas instituições na sociedade. No ensino superior não é diferente, as pessoas com deficiência tem lutado para garantia dos seus direitos nesse âmbito acadêmico. Essa pesquisa é de natureza qualitativa, com base nas pesquisas bibliográficas e de campo, a pesquisa de campo realizada por um deficiente visual (baixa visão) ocorreu em uma instituição privada do ensino superior no primeiro no ano de 2017, participaram estudantes com deficiência visual que estudam na instituição, aplicados questionários de forma oral para que os participantes pudessem contribuir com os dados. Os resultados nos mostraram que aos poucos a inclusão social de pessoas com deficiência no ensino superior vem crescendo e a luta pela acessibilidade sem barreiras vem fazendo parte do cenário de políticas públicas seja em qual âmbito for.

**Palavras-chave:** Educação, Inclusão, Pessoas com Deficiência Visual.

### **INTRODUÇÃO**

A Constituição Federal de 1988 consagrou uma série de direitos da pessoa com deficiência no Brasil, destes podemos definir em seu Artigo 26, inciso I, a igualdade de condições de acesso e permanência na escola e no Artigo 208, parágrafo terceiro, que a pessoa com deficiência tem direito de estudar, preferencialmente na rede regular de ensino.

E quando falamos na sua inserção no ensino superior, podemos destacar a Portaria 1.793/1994 do Ministério da Educação e Cultura (MEC) juntamente com a Secretaria de Educação Especial (SEESP), que recomenda a

inclusão da disciplina Aspectos Ético-Políticos-Educacionais da Normalização e Integração de Pessoa com Necessidades Especiais, prioritariamente nos cursos de Pedagogia e Psicologia e em cursos de saúde, Serviço Social e demais cursos de nível superior. A Portaria nº 3.284/2003 refere-se aos requisitos de acessibilidade da pessoa com deficiência para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos e credenciamento de instituições.

Mas, para que a pessoa com deficiência possa exercer todos os seus direitos, é indispensável à adoção de medidas especiais, aptas a incluí-las em todos os espaços. As políticas públicas de inclusão social têm como objetivo desenvolver ações de participação social e de combate à desigualdade, exclusão ou restrição que impedem o exercício de direitos. Quando se fala em pessoas com deficiência é necessária medidas para assegurar que não haja discriminação, baseada em condições físicas, intelectuais e atitudinais nas instituições.

No tocante as Instituições de Ensino Superior (IES) devemos entender que a comunidade acadêmica e comunidade em geral devem reconhecer a IES como uma referência nas questões sobre acessibilidade, com o propósito de minimizar as discriminações ainda existentes. Como também deve existir investimento na preparação da comunidade universitária para a sensibilização e o reconhecimento dos benefícios da convivência na diversidade e do ambiente acessível a todos. As IES devem elaborar e executar projetos de acordo com orientações que garantam o direito das pessoas com deficiência na instituição.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou em 2010, que existem 39 milhões de cegos no mundo, com 246 milhões sofrendo de perda moderada ou severa da visão e 90% delas vivem em países em desenvolvimento.

No Brasil, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), afirmam que da população residente no país, 23,9%, ou o equivalente a (45,6 milhões de pessoas) possuem pelo menos uma das deficiências investigadas. As quais, podemos citar: visual, auditiva, motora e mental ou intelectual.

A deficiência oscila de acordo com a natureza delas. Por exemplo, A deficiência visual apresenta a maior ocorrência, afetando 18,6% da população brasileira. Em segundo lugar está a deficiência motora, chegando a 7% da população, seguida da deficiência auditiva, em 5,10% e da deficiência mental ou intelectual, em 1,40%. “Das 45.606.048 de pessoas com deficiência 1,6% são totalmente cegas, 7,6% são totalmente surdas, 1,62% não conseguem se locomover” (GARCIA, 2010. p.08).

Diante dessas afirmações, essa pesquisa tem por objetivo verificar as transformações sociais vivenciadas por pessoas com deficiência visual no ensino superior. A pesquisa proposta de natureza qualitativa, com ênfase na pesquisa bibliográfica. Realizada por um estudante com deficiência visual (baixa visão) uma pesquisa de campo em uma instituição do Ensino Superior e aplicado questionário com os sujeitos. A relevância do trabalho é essencial para comunidade acadêmica pela diversidade de conceitos, ações e direitos que envolvem o universo das pessoas com deficiência visual e precisa ser conhecido por todos.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa é de natureza qualitativa, bibliográfica e de campo. A presente pesquisa foi administrada em etapas de construção. No primeiro momento, nos debruçaremos na pesquisa bibliográfica, trazendo a discussão sobre a deficiência no decorrer da história, como foi seu desenvolvimento em cada período histórico, cultura e compreensão sobre esta categoria que tanto sofre exclusão.

Na pesquisa de campo, procuramos compreender como se dá às relações sociais entre os coordenadores, professores e o Núcleo de Apoio Psicossocial – (NAPS) para com os estudantes com deficiência visual, como entendem a inclusão social no campo acadêmico. Para isso nos recorreremos à pesquisa qualitativa, visando desvelar as relações sociais entre, coordenadores, professores e estudantes com Deficiência Visual (DV).

Compreendemos como se dá o processo de relações sociais entre estes quatro entes, quais as percepções dos/as estudantes cegos sobre inclusão social no ambiente acadêmico, como é compreendida a sua interação social por parte dos coordenadores, professores. Também refletimos sobre o posicionamento do Núcleo de Apoio Psicossocial, sua funcionalidade, seu papel no que tange a inclusão social de estudantes com Deficiência Visual, fatores inclusivos e exclusivos nas interações em aula e quais as articulações realizadas por parte da coordenação para a formação continuada/capacitação e desenvolvimento dos professores para lidar com a inclusão de pessoas com DV, através de entrevistas semiestruturadas.

A pesquisa contou com a colaboração de sete (7) sujeitos, a escolha recaiu sobre aqueles que alcançavam os objetivos da mesma. No caso dos/ das docentes, pedimos que fossem indicados pelos/as estudantes cegos e também entrevistamos as/ aos coordenadores/ as dos cursos aos quais tiverem cursando ou já formados,

dentre eles estão: três (3) coordenadores, dois (2) professores e dois (2) alunos que serão identificados nas discussões com seus nomes destacados por grandes nomes de pessoas com deficiência visual que fizeram história.

Sendo a inclusão social um fator preponderante na vida de todos os estudantes com deficiência e a quebra de barreiras para que haja maior compreensão sobre o diferente. Nesta reflexão que ao ser realizada, contou com inquietações como compreender melhor como se dá as relações sociais entre professores, coordenadores e estudantes com deficiência visual, saber quais são os meios didáticos que os professores ministram para se relacionar com os/as estudantes, como se dá sua relação com a coordenação do curso, NAPS e qual a percepção que os sujeitos tem sobre inclusão social e como se desenvolve a inclusão social no ensino superior. Essa discussão será levantada através de entrevista semiestruturada e contará também com embasamento teórico.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A deficiência visual é caracterizada pela perda parcial ou total da visão. Indo da cegueira até a visão subnormal ou baixa visão. Segundo Gil (2000), a visão subnormal ou baixa visão é considerada por alguns especialistas a alteração da capacidade funcional representada por fatores que são responsáveis pela diminuição da acuidade visual, reduzindo também a sensibilidade aos contrastes, limitação de outras capacidades e diminuição do campo visual. “Uma definição simples de visão subnormal é a incapacidade de enxergar com clareza suficiente para contar os dedos da mão a uma distância de 3 metros, à luz do dia”. (GIL, 2000. p 06).

Para Figueira (2008), as pessoas com deficiência têm em sua história “[...] um rastro de submissão relegados a mecanismos de exclusão, políticas de assistencialismo, caridade, inferioridade, oportunismo, dentre outras – foram construídas culturalmente” (Grifos do autor. Figueira, 2008, p.17). A negligência pela qual passou o segmento de pessoas com deficiência desde seus primórdios, a desassistência do Estado e a incompreensão da população são bases para que as famílias das PCD e elas, se juntassem e exigissem dos Estado.

O ensino superior se caracteriza como base fundamental do conhecimento científico, desenvolvimento de pesquisa, expansão do fomento a extensão e acima de tudo, a continuidade na evolução do saber humano. A luta pela inserção de estudantes no ensino superior é

constante, tanto por incentivos na área privada ofertados pelo governo através de programas de financiamento como (Fundo de Financiamento Estudantil-(FIES) ou bolsas (Programa Universidade para Todos – (PRO-UNI) visando à ocupação das vagas ociosas.

Com todo o avanço do ensino superior, nos restava atender ao público de pessoas com deficiência, pois era necessária a implantação de novas políticas que contemplassem o mundo das pessoas com deficiência, caso que ocorrerá massivamente no Brasil a partir da década de 1990, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, graças à luta do Movimento Político das Pessoas Com Deficiência e sua luta constante. Pelo reconhecimento sócio educacional e a ratificação da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009.

O século XX entra dando pequenos passos rumo à educação de pessoas cegas, aos poucos este público vai se formando no instituto e abrindo outras instituições educativas, mas de cunho segregacionista, sendo discutida por Aranha (2005) como paradigma da institucionalização, ao qual se remetia em internatos com a finalidade a cursos para pessoas cegas e outras ações afins. Estas instituições eram conhecidas como instituições totais.

A falta de visão, por parte da sociedade, foi sempre caracterizada como um fator de invalidez generalizada. Esse entendimento preconceituoso traçou fortes barreiras representando na fala de Oliveira.

Nessa perspectiva, a cegueira vem sendo tratada e representada através dos tempos como sinônimo do medo, superstição e ignorância. Nesse panorama os deficientes sofrem extermínio, indiferenças, exclusão e preconceitos diante de um Estado que ainda se mostra incapaz de garantir igualdade de oportunidades no acesso à educação, à empregabilidade, ao lazer, a informação, a acessibilidade (OLIVEIRA, 2016, p. 95).

As pessoas cegas saem de um contexto de afirmação pontual, focalizado e passam ao patamar de agentes políticos, trazendo consigo a marca de lutas travadas com uma sociedade exclusivista, saindo do campo caritativo e de mendicância e assumindo o papel de sujeito de direitos, se incluindo nas leis e fazendo parte do contexto social, sendo percebido como parte integrante do todo no contexto social.

Diante disso, ressaltamos nossas inquietações acerca do processo de relações sociais entre coordenações, sua relação com o NAPS, professores e estudantes com deficiência visual na perspectiva da inclusão social. Dar voz aos interlocutores. e compreender como cada um desses grupos percebe a inclusão social e como esta é concretizada na interação no meio acadêmico é algo de muita importância para a desmistificação da deficiência, o afastamento de estereótipos e o processo evolutivo da

humanização, as análises ocorrem de forma qualitativa.

Questionamos aos coordenadores sobre a oferta de capacitação para os professores acerca da inclusão social. Como ela ocorria?

Ela não existe diretamente ligada à coordenação do curso. Existe da faculdade junto ao núcleo, todos os estudantes que tem algum tipo de deficiência é relatado ao núcleo e com base na demanda o núcleo convoca os professores e coordenação para capacitar e buscar soluções para aquelas demandas sociais (HELLEN KELLER).

Buscamos junto ao NAPS respostas acerca dessa capacitação ao qual foi destacada por Hellen Keller. O Núcleo de Apoio Psicossocial é um setor que acolhe algumas demandas de ordem psicológica, pedagógicas e até social. Tanto de alunos, docentes como técnico administrativos.

O coordenador do NAPS afirma acerca da capacitação:

Ao mesmo tempo que o núcleo acolhe o estudante no quesito em que a instituição precisa para se organizar e adequar a formação dele no ambiente institucional. Isso inclui o trabalho com os professores. Temos parcerias com as coordenações e essas com os professores. Temos reuniões, passamos informações e inserimos dentro da formação pedagógica continuada (no encontro docente) processos que falam sobre inclusão. O NAPS capacita os professores de fato, a partir das demandas. Faz reunião e comunica e aponta as direções. Algumas adaptações já são feitas antes e comunicamos aos professores, um exemplo disso é em relação às barreiras arquitetônicas (DÍDIMO).

É muito importante que haja diálogo entre as instâncias institucionais, pois para que haja inclusão social plena, uma das maiores fundamentações são as relações sociais entre os grupos, quando esta interação ocorre em plenitude, os problemas são minimizados e as barreiras transpostas, concretizando de forma jurídica o inciso V do artigo 28 da LBI, sobre as incumbências de incentivo a adoção individual ou coletiva, visando a participação e o acesso amplo, reconhecendo cada vez mais a posição do estudante como um sujeito de direitos. É importante também sabermos o poder que há na interação social inclusive o reconhecimento das atribuições e competências de cada setor/ núcleo na faculdade, por esta razão questionamos aos professores.

Questionamos aos mesmos, sobre as capacitações oferecidas pela coordenação a eles?

Há uma falha da instituição acerca desse assunto. Ainda não tivemos um curso de capacitação para tratar de situações dessa natureza. No meu caso, fazemos essa busca de maneira individual, fazendo curso extra para melhor capacitar aos alunos com deficiência. A instituição precisa preencher essa lacuna (JOSÉ ALVARES).

Não há uma formação da instituição direcionada a este público, nenhum tipo de capacitação. O que eu conheço são professores buscando compreender individualmente essa questão (DORINA DE GOUVÊA).

Diante disso, entrevistamos os estudantes com deficiência visual para buscar a compreensão sobre o que eles entendem por inclusão

social, seu relacionamento com os coordenadores e professores, como é seu dia a dia, quais suas percepções e as barreiras enfrentadas para que haja relações sociais de inclusão, como é o processo de comunicação entre a coordenação e os professores para o seu desenvolvimento educacional, quais são as estratégias inclusivas e obstáculos de exclusão que este público enfrenta no ensino superior e suas perspectivas sobre uma inclusão social plena.

Questionamos aos mesmos sobre as impressões e didáticas utilizadas pelos professores em sala de aula? Destacamos:

Na minha percepção não há um didática do professor voltada a mim (com deficiência visual), eu é que procurei a me adequar a didática de cada professor. Ao professor que usa muito slides, aqueles que falam muito, aqueles que falam, mas não referenciam pontualmente aquilo que eles querem passar, aqueles que apontam demais para a lousa, enfim há cada um. Não há um direcionamento dos professores aqueles alunos que tem deficiência e eles nem sabem como fazer isso, a gente percebe. Eu sinto que o aluno com DV que tem que se adequar aquele ambiente. O máximo que acontece é um acordo que o professor disponibiliza algo necessário para mim via *e-mail* (MARIA TEREZA)

Algumas disciplinas não tive dificuldade pela questão teórica, mas quando chegou a vez de disciplinas que eram bastante visuais o professor ficou meio perdido e não sabia lidar com aquela situação de me passar aquele conteúdo e foi aí que começaram as dificuldades, mas eu tive que procurar a minha didática para aprender e não o professor ter a dele. Dessa forma, eu tentava, mas não acompanhava as aulas direito (LOUIS BRAILLE).

A condição de estudante com deficiência visual no ensino superior se torna um desafio cotidiano, pois a inexistência de práticas inclusivas por parte de uma parcela significativa de professores, a falta de oferta de capacitação pela coordenação e uma focalização da inclusão social na faculdade, faz com que estes estudantes criem mecanismos para desenvolver seu saber acadêmico. O diálogo entre professores propositivos diminui a carga a qual é posta sobre eles.

Para que se materialize uma inclusão social plena, contemplando assim a todos os públicos, tenham eles deficiência ou não, se torna necessária que haja transversalidade no que tange ao processo de incluir, que ele não se restrinja apenas integrar, mas que se impute uma transformação não só na estrutura física, mas que seres humanos reconheçam, respeitem e consigam conviver em equidade uns com outros, percebendo as diferenças, mas atentando nas potencialidades.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Aos poucos, a inclusão social de pessoas com deficiência vem crescendo e a luta pela acessibilidade integral vem fazendo parte do cardápio de políticas públicas. Como vimos na exposição das

leis e no embate deste segmento tão açoiado por preconceitos e descrença que trabalhar com política não é fácil e garantir direito, menos ainda, mas é de desafios que este movimento se consolida.

Tratar pessoas com deficiência com respeito, dignidade, sociabilidade, educação, desmistificando os estereótipos que relegaram este segmento por milhares de anos a condição de sub-humanidade os rechaçando, afastando-os do convívio social e os colocando em situações precarizadas, faz com que a visão de pesquisador procure observar no decorrer dos tempos à evolução histórica deste segmento, seu reconhecimento de classe, sua luta constante por inclusão em todos os seus aspectos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, M.S.F. **Projeto escola viva:** garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos. Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

FIGUEIRA, Emilio. **Caminhando em Silêncio:** Uma introdução à Trajetória das Pessoas com Deficiência na História do Brasil. - São Paulo: Giz Editora, 2008.

GARCIA, Vinicius Gaspar. **Pessoas com deficiência e o mercado de trabalho:** histórico e contexto contemporâneo. Tese de doutorado. Campinas/ São Paulo. 2010.

GIL, Marta. **Deficiência Visual.** MEC: Secretaria de Educação a Distância, Brasília, 2000.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE Geografia E ESTATÍSTICAS. **Censo Demográfico 2010:** Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas\\_r eligiao\\_deficiencia/default\\_caracteristicas\\_religiao\\_deficiencia.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_r eligiao_deficiencia/default_caracteristicas_religiao_deficiencia.shtm)> acesso 13 02 2018